

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	22.357.847.595
Preferenciais	0
Total	22.357.847.595
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.364.375	910.328
1.01	Ativo Circulante	114.405	70.638
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.449	47.951
1.01.02	Aplicações Financeiras	89.927	0
1.01.03	Contas a Receber	13.948	14.118
1.01.03.01	Clientes	13.948	14.118
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.272	3.834
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.272	3.834
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.025	4.273
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	784	462
1.01.08.03	Outros	0	462
1.02	Ativo Não Circulante	1.249.970	839.690
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	329.546	18.761
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	301.325	0
1.02.01.03	Contas a Receber	3.716	3.716
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.716	3.716
1.02.01.06	Tributos Diferidos	22.677	14.094
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.677	14.094
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.828	951
1.02.03	Imobilizado	8.456	9.142
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.456	9.142
1.02.04	Intangível	911.968	811.787
1.02.04.01	Intangíveis	911.968	811.787
1.02.04.01.02	Direito de Outorga da Concessão	0	512.341
1.02.04.01.03	Direito de Exploração da Infraestrutura	0	298.918
1.02.04.01.04	Direito de Uso de Software	0	528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.364.375	910.328
2.01	Passivo Circulante	93.839	658.340
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	3.586
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	475
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	3.111
2.01.02	Fornecedores	28.121	20.241
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.121	20.241
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.002	2.922
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.968	1.640
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.968	1.640
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.034	1.282
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.970	627.059
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	29.221	603.605
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	29.221	603.605
2.01.04.02	Debêntures	22.749	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	23.454
2.01.04.03.01	Instrumento financeiro derivativo	0	23.454
2.01.05	Outras Obrigações	602	874
2.01.05.02	Outros	602	874
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	254	578
2.01.05.02.05	Outros Passivos	348	296
2.01.06	Provisões	7.144	3.658
2.01.06.02	Outras Provisões	7.144	3.658
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	7.144	3.658
2.02	Passivo Não Circulante	1.099.615	63.806
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.020.767	0
2.02.01.02	Debêntures	1.020.767	0
2.02.02	Outras Obrigações	46.078	44.540
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.116	41.615
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	44.116	41.615
2.02.02.02	Outros	1.962	2.925
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.962	2.925
2.02.04	Provisões	32.770	19.266
2.02.04.02	Outras Provisões	32.770	19.266
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	1.678	1.686
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	4.941	4.420
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	26.151	13.160
2.03	Patrimônio Líquido	170.921	188.182
2.03.01	Capital Social Realizado	223.578	223.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-52.657	-24.024
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-11.372

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	235.609	194.626
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-171.562	-135.501
3.03	Resultado Bruto	64.047	59.125
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.076	-11.452
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.157	-10.368
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	81	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1.084
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	44.971	47.673
3.06	Resultado Financeiro	-88.045	-68.995
3.06.01	Receitas Financeiras	15.248	1.146
3.06.02	Despesas Financeiras	-103.293	-70.141
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-43.074	-21.322
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	14.441	6.858
3.08.01	Corrente	14.441	6.858
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28.633	-14.464
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-28.633	-14.464
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,28070	-0,64690

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-28.633	-14.464
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.372	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.261	-14.464

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	77.141	50.011
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.449	59.446
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-28.633	-15.037
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferido	-14.441	-7.153
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	13.222	11.237
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias - Obrigações Poder Concedente	228	1.011
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	54.940	53.645
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Parte Relacionada	2.501	2.675
6.01.01.07	Provisões para Demandas Judiciais	-8	206
6.01.01.08	Provisões para Manutenções em Rodovias	12.991	6.638
6.01.01.09	Perda não Realizada com Operações de Derivativos	31.467	6.224
6.01.01.10	Perda na Baixa de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	182	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.692	-9.435
6.01.02.01	Contas a Receber	-58	-1.062
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	371	-6.097
6.01.02.03	Outros Ativos	-322	-129
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	7.880	-6.733
6.01.02.05	Credores pela Concessão - Ônus Variável	-324	-83
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-888	-714
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	382	581
6.01.02.09	Outros Passivos	-911	4.949
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-1.438	-147
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-504.198	-82.302
6.02.01	Investimento no Ativo Imobilizado	-132	-3.358
6.02.02	Investimento no Ativo Intangível	-112.767	-33.307
6.02.03	Provisão para Investimento em Rodovias - Pagamentos	-47	-45.637
6.02.04	Aplicações Financeiras	-391.252	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	380.555	67.908
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	29.000	593.491
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-656.892	-525.583
6.03.06	Captação de Debêntures	1.008.447	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-46.502	35.617
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.951	27.347
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.449	62.964

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-24.024	-11.372	188.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.633	11.372	-17.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-28.633	11.372	-17.261
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	11.372	11.372
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-28.633	0	-28.633
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-52.657	0	170.921

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	223.578	0	0	-16.170	0	207.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.464	0	-14.464
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-14.464	0	-14.464
5.05.02.06	Prejuízos Acumulados	0	0	0	-14.464	0	-14.464
5.07	Saldos Finais	223.578	0	0	-30.634	0	192.944

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	247.749	205.522
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	138.966	126.020
7.01.02	Outras Receitas	108.783	79.502
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	107.215	78.891
7.01.02.02	Receitas Acessórias	1.568	611
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-163.233	-126.233
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-52.567	-43.548
7.02.04	Outros	-110.666	-82.685
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-107.215	-78.891
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-3.451	-3.794
7.03	Valor Adicionado Bruto	84.516	79.289
7.04	Retenções	-13.222	-11.237
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.222	-11.237
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	71.294	68.052
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.248	1.146
7.06.02	Receitas Financeiras	15.248	1.146
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	86.542	69.198
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	86.542	69.198
7.08.01	Pessoal	16.292	15.267
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.315	12.666
7.08.01.02	Benefícios	2.977	2.601
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.953	11.065
7.08.02.01	Federais	-12.894	4.809
7.08.02.03	Municipais	6.941	6.256
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	104.836	57.330
7.08.03.01	Juros	104.836	55.452
7.08.03.02	Aluguéis	0	1.878
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.633	-14.464
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.633	-14.464



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Concessionária Rodovias do Tietê – 2013

As informações não financeiras incluídas no Relatório da Administração, assim como os percentuais derivados, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A administração da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. doravante denominada “Concessionária”, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Especiais, referentes ao período encerrado em 30 de Setembro de 2013, acompanhado do relatório dos auditores independente.

Mensagem da Administração

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção dos Contornos de Piracicaba e Maristela que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

Desempenho Econômico Financeiro

Receitas

A Concessionária obteve, em Setembro de 2013, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 138.966 mil (126.020 mil em 2012). No mesmo período, arrecadou R\$ 1.568 mil (R\$ 611 mil em 2012) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 12.140 mil em Setembro 2013 e R\$ 10.896 mil em 2012.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, em 2013, R\$ 107.215 mil de receita de construção contra R\$ 78.891 mil em 2012 com contrapartida nos custos de construção, com margem igual a zero.

De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custo referente à outorga variável de 3% sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias.

Os custos de construção da infraestrutura referem-se à provisão dos custos com conservação especial projetado para 2011 e 2012, a valor presente, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP na assinatura do contrato de concessão, além da amortização do intangível.



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

Segue abaixo breve resumo das receitas e das despesas operacionais

Em R\$ Mil	2013	2012
Receita Bruta	235.609	194.626
Receitas de Pedágio	138.966	126.020
Receita de Construção	107.215	78.891
Outras Receitas	1.568	611
(-) Deduções de Receita	(12.140)	(10.896)
Receita Líquida	223.469	183.730
(-) Custos e Despesas Operacionais	(83.504)	(66.978)
(-) Custos de Construção	(107.215)	(78.891)

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em Setembro de 2013 refere-se às receitas financeiras, oriundas de aplicações de baixo risco (Certificado de Depósito Bancário – CDB) e ganho realizado com operação de derivativo (Swap contratado junto ao Banco BTG Pactual), deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros e comissões sobre a terceira emissão de uma nota promissória no montante de R\$ 600.000 mil (quitada em junho de 2013), perdas com o SWAP, e a emissão das Debêntures em julho de 2013.

Empréstimos e Financiamentos

Em abril de 2009 foram contratadas Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) no valor de R\$ 357.000 mil, para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos à ARTESP pela outorga da concessão, podendo, adicionalmente, terem sido destinados à realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O vencimento original desses contratos era em 08 de outubro de 2010, o qual foi prorrogado para dezembro de



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

2010, remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 5,5% ao ano.

Essas Cédulas de Crédito Bancário foram liquidadas em dezembro de 2010, quando foram emitidas notas promissórias, com vencimento para 21 de junho de 2011, remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidos de 3,7% ao ano. Esses títulos de dívida estão garantidos por aval dos acionistas e fiança bancária. Os recursos foram destinados para liquidação das Cédulas de Créditos Bancários e financiamento dos investimentos em obras previstas no Contrato de Concessão.

Em 21 de junho de 2011 foi emitida a segunda série de notas promissórias, para liquidação da primeira série. Este financiamento de curto prazo foi liquidado em 17 de dezembro de 2011 via emissão da terceira série de notas promissórias necessárias para quitação do financiamento de curto prazo.

Em 13 de agosto de 2012 foi contratada junto do banco BTG Pactual a emissão da 4ª série de notas promissórias no valor de R\$ 600 milhões e vencimento em 13 de agosto de 2013 para liquidação da terceira série, durante as negociações para emissão de debêntures e linha de financiamento de longo prazo do BNDES.

Em 15 de Junho de 2013 a Companhia concluiu a operação de debêntures no valor total de R\$ 1.065 Milhões para o prazo de 15 anos. O montante foi utilizado para pagamento da 4ª NP e financiamento das Obras no período.

Investimentos e Ativo Intangível

Os investimentos realizados nos nove primeiros meses de 2013 representaram R\$ 107.215 mil e foram destinados para a ampliação, conservação e manutenção das rodovias, compra de equipamentos, construção de instalações e implantação de elementos de segurança e de sinalização.

Após a adoção do ICPC 01, todo investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a ampliação ou manutenção da infraestrutura concedida, passou a ser classificado como ativo intangível. O cálculo da parcela



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Rua Rafael de Campos, 615
Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
Tel: (55) 15 3285-4100

mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pela curva anual de demanda de tráfego nos trinta anos de Concessão.

Gestão de Pessoas

O capital humano é o principal ativo de uma companhia e, sob esta ótica, a Rodovias do Tietê preocupa-se constantemente com a valorização e desenvolvimento de todo o seu time de mais de 400 funcionários.

Com base nessa filosofia de atuação, a área de recursos humanos está estruturada para realizar a gestão de pessoas no que tange a política de remuneração e benefícios, avaliação de desempenho, processos de admissão e demissão e treinamentos.

Responsabilidade Social e Ambiental

A concessionária Rodovias do Tietê desenvolve campanhas de responsabilidade social durante todo o ano. Nos primeiros nove meses de 2013, foram realizadas duas edições do programa de saúde e cidadania, Seleção da Estrada, que atenderam 390 caminhoneiros. Em Setembro foi realizada a terceira edição do Seleção da Estrada, na Semana Nacional do Trânsito, comemorada em setembro. Para promover a educação no trânsito a empresa também realiza a campanha Abrace a Vida, Motociclista e Abrace a Vida, Pedestre que tem como objetivo reduzir o número de acidentes com esses dois públicos. A campanha está ligada ao Programa de Redução de Acidentes da concessionária.

Ao longo de 2012, foram realizadas 33 campanhas educativas, algumas em parceria com o Policiamento Rodoviário do Estado. Os principais temas apresentados foram: álcool e direção, travessia de pedestres – Programa Café na Passarela -, condução de motociclistas, uso do cinto de segurança, cadeirinha para transporte de menores, saúde e cidadania dos caminhoneiros – Programa Seleção da Estrada -, educação infantil - Programa Rodovia Mirim – e uso dos postos do Sistema de Atendimento aos Usuários (SAU). Aproximadamente 39 mil usuários



Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
 Rua Rafael de Campos, 615
 Tietê/ SP - Brasil - CEP: 18530 000
 Tel: (55) 15 3285-4100

participaram das campanhas, entre adultos e crianças, todos multiplicadores de uma nova consciência para um trânsito melhor e mais respeitoso.

A abordagem aos usuários foi feita por meio da entrega de folhetos e ações de relacionamento, como o Café na Passarela e a Rodovia Mirim.

No primeiro, os pedestres do trecho da concessionária têm, em datas específicas, um café da manhã servido nas passarelas. O objetivo é atrair o pedestre para o equipamento e, assim, criar um hábito seguro de travessia. No Rodovia Mirim, alunos do ensino fundamental de diversas escolas conhecem regras de trânsito, participando de um simulado como se estivessem em ruas e rodovias reais.

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, informamos que durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2013, a Companhia não contratou, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

Conselho de Administração
Alexandre Tujisoki
José Renato Ricciardi
Wendel da Silva Caleffi
Luis José Donas Vaz Pato
Joana Guimarães Ricciardi
Tiago Caseiro

Diretoria Executiva
Sebastião Ricardo C. Martins
Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”).

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi de R\$517 milhões. Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da outorga fixa passou a ser de R\$542 milhões, o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como “direito da outorga de concessão”. Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Conforme mencionado na nota explicativa no. 24, o percentual aplicável sobre a receita bruta referente ao ônus variável, foi revisto em julho de 2013 passando a ser de 1,5%. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, totalizando 415 km, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob-responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob-responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de setembro de 2013, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.185 milhões (R\$2.172 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 09 de fevereiro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à Companhia o registro de companhia aberta. O objetivo desse registro foi possibilitar a emissão de debêntures, de acordo com a Instrução CVM 400, conforme comentado abaixo.

Financiamento das operações relacionadas à concessão

Conforme comentado acima, a Companhia, em 2009, assumiu a operação do Corredor Marechal Rondon Leste, após ser a vencedora do processo licitatório ocorrido em 2008, sendo pago ao poder concedente o montante de R\$542 milhões a título de outorga fixa durante os 18 primeiros meses de operação.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Financiamento das operações relacionadas à concessão --Continuação

Para financiar este projeto, a Concessionária obteve junto a um sindicato bancário liderado pelo Banco do Brasil e Banco Espírito Santo um empréstimo-ponte no valor de R\$340.000, quitado em 21 de dezembro de 2010 com os recursos obtidos pela emissão da 1ª série de notas promissórias no valor nominal de R\$450.000, remuneradas com base em 100% do CDI + juros anuais de 3,7%, com vencimento para 21 de junho de 2011, prorrogadas para 17 de dezembro de 2011 (2ª série) e, novamente, para 13 de junho de 2012 (3ª série), para melhor estruturação do empréstimo de longo prazo, o qual já previsto no modelo econômico-financeiro inicial da concessão.

Em 01 de junho de 2012, a Companhia assinou com o Banco BTG Pactual S.A. um contrato, com garantia firme, para estruturação, coordenação e distribuição pública de debêntures da Companhia até 13 de agosto de 2013. O BTG Pactual S.A. adquiriu, então, no mercado secundário, as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013. Os recursos financeiros obtidos, líquidos de custos de captação de R\$7.494, foram utilizados na liquidação da 3ª série de notas promissórias, no montante de R\$525.583 e o restante, no valor de R\$66.923, foi destinado para o financiamento de obras, conforme cronograma previsto no Contrato de Concessão.

Conforme divulgado na Nota 14, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$1.065.000, remuneradas pela variação do IPCA + juros anuais de 8%. O prazo de vigência é de 15 anos, contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, e com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente. Os recursos financeiros obtidos, líquidos de custos de captação de R\$62.755, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão. Vide detalhes na nota explicativa nº14.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração intermediária e norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de novembro de 2013.

2.2 Práticas contábeis

2.2.1 Aplicações financeiras

São representadas basicamente por aplicações financeiras restritas às debêntures com vencimentos futuros. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica de como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. As aquisições ou alienações dos ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

2.2.2 Debêntures

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos incidentes, que incluem juros e atualização monetária. Na data da contratação, estes saldos são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transações incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais práticas contábeis adotadas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa no. 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

2.2 Práticas contábeis --Continuação

A partir de 1º de janeiro de 2013 passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos: IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes, IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda), IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011), IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1, IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7, IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas, IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 Mensuração do Valor Justo e IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície. A adoção destes pronunciamentos não teve impacto nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2013.

Os pronunciamentos IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32 e IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras pela adoção destes pronunciamentos. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das normas internacionais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa no. 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

		<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Disponibilidades		580	1.132
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i)	869	43.819
Debêntures – operações compromissadas	(ii)	-	3.000
		<u>1.449</u>	<u>47.951</u>

- (i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).
- (ii) Referem-se à aplicação em títulos, com liquidez imediata e compromisso de recompra pela própria instituição financeira, remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/09/2013</u>
Circulante	89.927
Não circulante	301.325
	<u>391.252</u>

A Companhia mantém aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

6. Contas a receber

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico a receber (i)	12.292	8.199
Cartões de pedágio a receber (i)	683	760
Receitas acessórias (i)	256	4.446
Indenizações a receber do Poder Concedente (ii)	3.716	3.716
Valores em trânsito	460	713
	<u>17.665</u>	<u>17.834</u>
Não circulante	<u>(3.716)</u>	<u>(3.716)</u>
Circulante	<u>13.948</u>	<u>14.118</u>

- (i) A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de Setembro de 2013. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.
- (ii) Refere-se a tarifas não recebidas durante a suspensão da cobrança das tarifas entre os dias 18 e 24 de novembro de 2009, da praça de pedágio situada no município de Conchas, e entre os dias 20 e 24 de novembro de 2009, das demais praças, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar foi cassada e a administração pleiteia o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio. A Administração não espera perdas sobre esses valores, uma vez que a Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias, e, dessa forma, o reequilíbrio econômico e financeiro é devido e previsto no Contrato de Concessão.

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	27.658	9.183
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	571	573
Provisão para participação nos lucros	487	657
Provisão de serviços prestados	1.207	-
Outras provisões	570	182
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Perda não realizada com operação de derivativo (iii)	-	7.974
Provisão para manutenção de rodovias	8.891	4.474
Provisão para investimentos em rodovias	4.109	2.747
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	2.502	3.051
	<u>45.988</u>	<u>28.841</u>
Passivo:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego (ii)	<u>(23.311)</u>	<u>(14.747)</u>
	<u>(23.311)</u>	<u>(14.747)</u>
Líquido	<u>22.677</u>	<u>14.094</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.
- (iii) Refere-se ao efeito tributário sobre o valor justo do derivativo (vide Nota 21).

Em 30 de setembro de 2013, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$32.121 (R\$27.009 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de setembro de 2013 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>30/06/2013</u>
2019	1.192
2020	6.057
2021	8.523
2022	11.983
2023	18.233
	<u>45.988</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período de seis meses findo em 30 de Setembro de 2013. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados em decorrência da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(43.074)	(21.322)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	14.645	7.250
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Realização do ajuste a valor presente sobre credor pela concessão	-	(201)
Diferenças permanentes	(204)	(191)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado	<u>14.441</u>	<u>6.858</u>
Taxa efetiva	34%	32%

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de Depreciação %	30/09/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	681	(141)	540	610
Equipamentos de informática	20	2.416	(1.452)	964	1.231
Equipamentos de telefonia	20	197	(82)	115	145
Terrenos	-	84	-	84	84
Edifícios	3,8	6.175	(185)	5.990	6.175
Adiantamentos a fornecedores	-	203	-	203	203
Outros	10 a 20	953	(393)	560	694
		<u>10.709</u>	<u>(2.253)</u>	<u>8.456</u>	<u>9.142</u>

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

O saldo de edifícios refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação**

	Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2013			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	709	1	(29)	681
Equipamentos de informática	2.325	91	-	2.416
Equipamentos de telefonia	197	-	-	197
Terrenos	84	-	-	84
Edifícios	6.175	9	(9)	6.175
Adiantamentos a fornecedores	203	-	-	203
Outros	929	31	(7)	953
	10.622	132	(45)	10.709
Depreciação				
Móveis e utensílios	(98)	(43)	-	(141)
Equipamentos de informática	(1.094)	(358)	-	(1.452)
Equipamentos de telefonia	(52)	(30)	-	(82)
Edifícios	-	(185)	-	(185)
Outros	(236)	(163)	6	(393)
	(1.480)	(779)	6	(2.253)
Líquido	9.142	(647)	(39)	8.456
	Período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	343	366	-	709
Equipamentos de informática	1.853	467	-	2.320
Equipamentos de telefonia	196	1	-	197
Edifícios	-	521	6.175	6.696
Imobilizações em andamento	4.728	1.447	(6.175)	0
Adiantamentos a fornecedores	-	204	-	204
Outros	143	352	-	495
	7.263	3.358	-	10.621
Depreciação				
Móveis e utensílios	(44)	(36)	-	(80)
Equipamentos de informática	(645)	(333)	-	(978)
Equipamentos de telefonia	(13)	(29)	-	(42)
Edifícios	-	(82)	-	(82)
Outros	(46)	(62)	-	(108)
	(748)	(542)	-	(1.290)
Líquido	6.515	2.816	-	9.331

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

9. Intangível

a) Composição

		30/09/2013		31/12/2012	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(38.088)	504.156	512.341
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	132.301	(7.968)	124.333	105.854
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	162.907	(5.171)	157.736	121.725
Serviços de construção - em andamento	(iii)	120.171	-	120.171	66.198
Outros	(iv)	5.522	(491)	5.032	5.141
Direito de uso de software		1.119	(578)	541	528
		964.264	(52.295)	911.968	811.787

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 13.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 13.b).

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação**b) Movimentação**

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013					Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	111.548	243	3.725	(17)	16.802	132.301
Serviços de construção - obras concluídas	125.173	9	-	(91)	37.816	162.907
Serviços de construção - em andamento	66.198	108.626	-	(35)	(54.618)	120.171
Outros	5.522	-	-	-	-	5.522
Direito de uso de software	954	164	-	-	-	1.118
	851.639	109.042	3.725	(143)	-	964.263
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(29.903)	(8.185)	-	-	-	(38.088)
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	(5.695)	(2.273)	-	-	-	(7.968)
Serviços de construção - obras concluídas	(3.448)	(1.723)	-	-	-	(5.171)
Outros	(381)	(109)	-	-	-	(490)
Direito de uso de software	(426)	(152)	-	-	-	(578)
	(39.852)	(12.442)	-	-	-	(52.295)
Líquido	811.787	96.600	3.725	(143)	-	911.968

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012				Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	96.036	15.591	-	136	111.763
Serviços de construção - obras concluídas	76.226	-	(699)	6.135	81.662
Serviços de construção - em andamento	37.007	46.283	-	(6.271)	77.019
Outros	7.155	-	(1.633)	-	5.522
Direito de uso de software	901	53	-	-	954
	759.569	61.927	(2.332)	-	819.164
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(19.794)	(7.731)	-	-	(27.525)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(3.874)	(1.513)	-	-	(5.387)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.860)	(1.215)	-	-	(3.075)
Outros	(276)	(108)	-	-	(384)
Direito de uso de software	(255)	(128)	-	-	(383)
	(26.059)	(10.695)	-	-	(36.754)
Líquido	733.510	51.232	(2.332)	-	782.410

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a Companhia remensurou a provisão para investimentos em rodovias pela revisão da estimativa e época para liquidar a obrigação presente e reconheceu o ajuste em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto na OCPC 05. Vide nota explicativa nº 13.b.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

9. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$601 mil. A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização foi de 2%, que representa a taxa efetiva de juros das debentures no período, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia não utilizou os empréstimos captados na construção das obras e, portanto, não capitalizou juros.

10. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2013 o saldo registrado na rubrica de "Empréstimos", no passivo circulante, corresponde a de capital de giro junto ao banco Itaú S.A, contratado em 5 de julho de 2013 e com vencimento em 30 de junho de 2014. Os juros do financiamento correspondem a CDI +3% a.m..

11. Notas promissórias

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos referem-se a 4ª série de notas promissórias comerciais, emitidas em 13 de agosto de 2012, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento do principal em 13 de agosto de 2013 e pagamento quadrimestral dos juros. As notas promissórias são remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Esses recursos captados foram substancialmente utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da terceira emissão. Os custos de captação totalizaram R\$7.494 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Essas notas promissórias estavam garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

11. Notas promissórias--Continuação

Conforme contrato assinado entre as partes, a emissão das notas promissórias da quarta emissão possui as seguintes principais cláusulas restritivas:

- (a) na hipótese de excussão das garantias objeto dos Contratos de Garantia, em observância às disposições do artigo 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”), obter prévia aprovação da ARTESP na hipótese de transferência do controle acionário da Companhia, bem como respeitar o direito de co-segurado da ARTESP nas apólices de seguros exigidas no Contrato de Concessão;
- (b) manter a relação de dívida sobre o capital social da Companhia em proporção inferior a 75/25 durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, sendo que, caso solicitado pelo Agente de Notas, apresentar balancetes parciais para confirmação da mencionada relação de, no máximo, 75/25, sendo certo que a memória de cálculo com todas as contas abertas necessárias para a obtenção final desta relação deverá ser realizada pela Companhia e entregue tempestivamente ao Agente de Notas;
- (c) exceto pelos mútuos a pagar, pelo Acordo de Acionistas existente na data de celebração deste Contrato, não celebrar qualquer acordos que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, vincule ou possa criar qualquer ônus ou gravame ou limitação de disposição de ações emitidas pela Companhia; e,
- (d) não realizar, nem permitir que a Companhia realize, qualquer cisão, fusão ou incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária que implique na alteração do seu controle ou redução do seu capital social, sem aprovação prévia escrita e expressa dos titulares das notas promissórias comerciais.

Em 31 dezembro de 2012, a Companhia atendia todas as cláusulas restritivas acima descritas.

Em julho de 2013 as notas promissórias foram totalmente quitadas com os recursos provenientes da emissão de debentures, mencionada na nota explicativa no. 14.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Remuneração fixa (1)	723	681
Remuneração variável (2)	489	403
	<u>1.211</u>	<u>1.084</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 16.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 19.

b) Mútuos a pagar

	<u>Mútuos a pagar</u>		<u>Despesas financeiras</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Atlantia Bertin Concessões S.A.	22.057	20.807	1.251	1.339
Ascendi International Holding B.V.	22.059	20.808	1.251	1.069
Ascendi Brasil Participações Ltda.	-	-	-	267
	<u>44.116</u>	<u>41.615</u>	<u>2.502</u>	<u>2.675</u>

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas (vigente até a quitação das notas promissórias de terceira emissão, em 13 de agosto de 2012), celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores.

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões

	30/09/2013	31/12/2012
Provisão para demandas judiciais	1.678	1.686
Provisão para investimentos em rodovias	12.084	8.078
Provisão para manutenção em rodovias	26.151	13.160
	39.914	22.924
Parcela classificada no passivo circulante	(7.144)	(3.658)
Não circulante	32.770	19.266

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013		
	Saldo inicial	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	282	(8)	274
Cíveis	1.404	-	1.404
	1.686	(8)	1.678

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas	246	-	246
Cíveis	1.234	206	1.440
	1.480	206	1.686

O montante utilizado em 2013 refere-se a pagamentos efetuados, baixados em contrapartida da provisão.

As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2013, a Companhia possui o equivalente a R\$274 de causas trabalhistas e R\$1.404 de causas cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013					Saldo Final
	Saldo Inicial	Atualização monetária	Remensuração	Reversão do AVP	Pagamento	
Provisão para investimentos	8.144	511	3.726	-	(47)	12.334
Ajuste a valor presente (AVP)	(65)	-	-	(65)	-	(130)
	8.079	511	3.726	(65)	(47)	12.205

	Período findo em 31 de Dezembro de 2012					Saldo Final
	Saldo Inicial	Atualização monetária	Remensuração	Reversão do AVP	Pagamento	
Provisão para investimentos	28.861	530	13.958	-	(35.205)	8.144
Ajuste a valor presente (AVP)	(776)	-	-	710	-	(66)
	28.085	530	13.958	710	(35.205)	8.078

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para investimentos em rodovias é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia revisou a estimativa de gastos e época para liquidar a obrigação presente. A remensuração na provisão foi contabilizada em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto pela OCPC 05.

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2013	31/12/2012
2013	3.400	3.658
2014	3.744	4.420
2016	4.940	-
	12.084	8.078

c) Provisão para manutenção em rodovias

É constituída com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do período. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013		
	Saldo inicial	Adição	Saldo inicial
Provisão para manutenção	21.619	13.864	35.483
Ajuste a valor presente (AVP)	(8.460)	(873)	(9.333)
Saldo	13.160	12.991	26.151

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012		
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Provisão para manutenção	8.917	9.294	18.211
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.750)	(2.656)	(7.406)
Saldo	4.167	6.638	10.805

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

13. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/09/2013	30/09/2012
2017	11.990	5.189
2018	6.625	830
2019	4.139	2.805
2020	1.265	796
2021	7.133	1.185
	26.151	10.805

14. Debêntures

Emissão de Debêntures não conversíveis

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”), por meio do convênio entre a CVM e a ANBIMA celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008, conforme alterado, e em observância ao disposto no “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas”.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da *U.S. Securities Act of 1933* para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A* editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S*, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$62.755, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

As debêntures possuem certas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- (a) Pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio (incluindo juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo) ou qualquer outra participação nos resultados, ou realização de qualquer forma de distribuição ou transferência de recursos a seus acionistas;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (b) Concessão de mútuo, empréstimo, adiantamento ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, exceto adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios;
- (c) Redução do capital social da Companhia ou resgate de ações da Companhia, exceto se previamente aprovado: (i) pelo Poder Concedente; e (ii) por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (d) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a totalidade das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;
- (e) Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira (neste último caso após transcorrido os prazos de cura previstos no respectivo contrato, se algum) a que estejam sujeitas a Companhia, assim entendidas as dívidas contraídas pela Companhia por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, e que não sejam decorrentes da Escritura de Emissão, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000 (ou seu equivalente em outras moedas);
- (f) Alteração, alienação ou transferência do controle acionário da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), de forma direta ou indireta, exceto se (i) houver anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim com relação à referida alienação, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação; ou (ii) a Atlantia S.p.A. e a Ascendi Group SGPS, S.A. permanecerem como as sociedades controladoras finais, nas mesmas proporções detidas no capital social da Companhia na data de assinatura da Escritura de Emissão ou em proporções

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

distintas, desde que referida diferença resulte exclusivamente da diluição de uma das controladoras finais pela outra em virtude da subscrição e integralização, direta ou indireta, de novas ações de emissão da Companhia;

- (g) Cisão, fusão ou incorporação da Companhia, incluindo incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Companhia sem a anuência prévia e expressa de Debenturistas representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, ressalvado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) Contratação pela Companhia de empréstimos, financiamentos, adiantamentos de recursos ou qualquer outra forma de operação de crédito não existentes na data de emissão das debêntures, que não possam ser classificados como um empréstimo para capital de giro ou um empréstimo subordinado ou pagamento pela Companhia de empréstimo subordinado ou empréstimo para capital de giro;
- (i) Celebração de qualquer contrato de parceria, associação ou *joint venture* envolvendo o Projeto de Investimento, que restrinja os direitos da Companhia em relação ao Projeto de Investimento e/ou às receitas dele decorrentes, incluindo, sem limitação, os Bens e Direitos Cedidos;
- (j) Constituição e/ou prestação pela Companhia, de quaisquer ônus, gravames, garantias reais, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade da Companhia, em benefício de qualquer terceiro, excetuando-se (i) onerações decorrentes de leis; (ii) onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão; (iii) oneração constituídas em razão dos investimentos previstos no Contrato de Concessão; ou (iv) as garantias que serão prestadas no âmbito da emissão de debêntures, nos termos dos Contratos de Garantia;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

14. Debêntures--Continuação

Emissão de Debêntures não conversíveis--Continuação

- (k) Alienação total ou parcial de equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 2/3 dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, excetuando-se as alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, cujos montantes sejam inferiores a 2% do ativo não circulante da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras anuais ou intercalares disponíveis da Companhia, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das debêntures;
- (l) Alteração dos direitos das ações de emissão da Companhia existentes na data de assinatura da Escritura de Emissão e/ou emissão de ações preferenciais, partes beneficiárias e/ou de qualquer outro título ou valor mobiliário que conceda preferência no reembolso do capital ou conceda direito de participação nos lucros da Companhia;
- (m) Celebração de novos contratos ou realização de qualquer tipo de transação com partes relacionadas à Companhia, exceto quando o engenheiro independente verificar e neste sentido informar o agente fiduciário que referida celebração de contrato ou realização de transação está sendo contratada em condições iguais de concorrência de mercado; e
- (n) Não observância dos índices, a serem acompanhados semestralmente pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras, revisadas ou auditadas por auditor independente, e fornecidas ao Agente Fiduciário nos termos dos itens (i) e (ii) abaixo
 - (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") igual ou superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) e calculado, a partir (e inclusive) do semestre encerrado em 30 de junho de 2015 até a data de vencimento;
 - (ii) relação entre dívida financeira e capital total de até (a) 85/15 desde a data de liquidação das debêntures até 31 de dezembro de 2018, (b) 75/25 de 31 de dezembro de 2018 até a data de vencimento.

Em 31 de setembro de 2013 o saldo total das debêntures era de R\$1.043.516, sendo o montante de R\$ 22.749 classificados no passivo circulante e R\$1.020.767 no não circulante.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2013 e 31 dezembro de 2012, o capital social está representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50,00%	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.178.923.798
		<u>22.357.847.595</u>

Em 30 de setembro de 2013 e 31 dezembro de 2012, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% para constituição de reserva legal. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2012, Referiase a parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, líquida de impostos, que conforme mencionado na nota explicativa nº 21, foi liquidado em 2013.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

16. Receita operacional líquida

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio	138.966	126.020
Receita de serviços de construção	107.215	78.891
Receitas acessórias	1.568	611
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(12.140)</u>	<u>(10.896)</u>
	<u>235.609</u>	<u>194.626</u>

As receitas de serviços de construção são calculadas com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras. Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

Reajuste das tarifas de pedágio

Foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 27 de Setembro de 2013, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IPCA, conforme termos originais do Contrato de Concessão, porém com repasse zero aos usuários das rodovias.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; e (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Com pessoal (Nota 19)	(16.292)	(15.267)
Serviços de terceiros	(8.397)	(17.693)
Depreciação e amortização	(13.222)	(11.237)
Ônus variável da concessão	(3.451)	(3.794)
Manutenção e conservação	(22.085)	(7.142)
Custo dos serviços de construção	(107.215)	(78.891)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 13.c)	(12.992)	(6.638)
Seguros e garantias	(4.939)	(3.079)
Outros	(2.122)	(2.128)
	<u>(190.719)</u>	<u>(145.869)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(171.562)	(135.501)
Despesas gerais e administrativas	(19.157)	(10.368)
	<u>(190.719)</u>	<u>(145.869)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

18. Resultado financeiro

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	(54.600)	(52.777)
Perda com operação de derivativo (Nota 21)	(31.467)	(6.224)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 12.b)	(2.501)	(2.675)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(228)	(1.011)
Outros	(4.673)	(5.672)
Outras despesas financeiras	(1.855)	(1.782)
	<u>(103.293)</u>	<u>(70.141)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.748	1.125
Ganho com operação de derivativo (Nota 19)	5.860	21
Outros	641	-
	<u>15.248</u>	<u>1.146</u>
Resultado financeiro	<u>(88.045)</u>	<u>(68.995)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Salários e encargos sociais	12.875	10.935
Benefícios previstos em lei	1.057	1.000
Benefícios adicionais	1.635	1.601
Plano de participação nos resultados	725	1.732
	<u>16.292</u>	<u>15.268</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do período, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

19. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

20. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	(28.633)	(14.464)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	22.357.847.595	22.357.800.000
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(1,2807)</u>	<u>(0,6469)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

21. Atividade de hedge e derivativo

Em 06 de setembro de 2012, para mitigar o risco de taxa de juros sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e *spread* de 3,7% ao ano, a Companhia contratou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um *swap* de taxa de juros, no qual a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores das taxas de juros variável (CDI e *spread* de 3,7%) e fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA) calculados com base no valor nominal de R\$600.000. Esse *swap* pretende dar cobertura (*hedge*) às notas promissórias a pagar, dessa forma, depois de considerar o efeito do *swap* de taxa de juros, as notas promissórias, que representam 93% do total do passivo exposto ao CDI, estão sujeitas a taxa fixa de juros.

A marcação a mercado (valor justo) do instrumento financeiro derivativo foi calculada pela curva futura de mercado publicada pela BM&FBOVESPA, trazida a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para o prazo negociado.

Abaixo é apresentado o valor justo do *swap* existente em 31 de dezembro de 2012:

	<u>31/12/2012</u>
Ponta ativa – CDI + 3,7%	621.431
Ponta passiva – IPCA + 8,35%	(644.885)
Perda não realizada	<u>(23.454)</u>

Em 01 de outubro de 2012, a Companhia decidiu por aplicar a contabilidade de *hedge* para o referido contrato, o qual foi designado formalmente como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia classificou formalmente e documentou a relação de *hedge* à qual a Companhia desejou aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Adicionalmente, foi avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças nos fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia reconheceu perdas no resultado do período de R\$31.467, compostas como segue:

Variação do valor justo do <i>swap</i>	7.440
Reclassificação para resultado de perdas reconhecidas anteriormente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido	<u>24.027</u>
	<u>31.467</u>

Os ganhos interinamente apurados e recebidos em espécie pela Companhia, no montante total de R\$5.680, na ocasião das trocas de fluxo de caixa, conjuntamente

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

com o pagamento dos juros sobre as notas promissórias, foram contabilizados na rubrica receitas financeiras.

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às notas promissórias e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de setembro de 2013, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação, que é afetado substancialmente pelo impacto da variação da taxa média do CDI sobre as aplicações financeiras, notas promissórias, mútuos a pagar a partes relacionadas e instrumento financeiro derivativo, e variação do IPCA sobre debêntures emitidas em 05 de julho de 2013 (Nota 09).

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – Provável:

- ✓ CDI – taxa de 7,72% ao ano, observada no fechamento de 30 de setembro de 2013, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo trimestre.
- ✓ IPCA – variação de 5,28% nos próximos 12 meses, observada no fechamento de 30 de setembro de 2013, divulgada pela BM&FBovespa.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Empréstimos Capital de Giro Itau (2)	Aumento do CDI	(3.541))	(4.376)	(5.201)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(4.082)	(5.044)	(6.005)
Debêntures (4)	Aumento do IPCA	(153.506)	(173.933)	(194.450)

Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Empréstimos Capital de Giro Itau)	Aumento do CDI	(3.541)	(4.376)	(5.201)
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	(4.082))	(5.044)	(5.201)
Debêntures (4)	Aumento do IPCA	(120.191)	(122.276)	(124.362)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

• Risco de taxa de juros--Continuação

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	34.889	26.161	17.347

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	34.889	26.161	17.347

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.
- (2) Conforme divulgado na Nota 23, em 05 de julho de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente as notas promissórias no valor de R\$610.210. Consequentemente, os juros a incorrer demonstrados na tabela acima consideram o valor real, entre a 30 de Setembro de 2013 e a data de liquidação.
- (3) Em 11 de julho de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de *swap*, tendo sido pago o montante de R\$38.483. Consequentemente, o impacto no resultado demonstrado na tabela acima considera a variação do valor justo entre 30 de Setembro de 2013 e o valor da liquidação, no montante de R\$3.584, bem como a transferência da parte eficaz do *hedge*, bruto de impostos, registrada no patrimônio líquido em 30 de Setembro de 2013 no montante de R\$7.889 (Nota 18).
- (4) Conforme divulgado na Nota 23, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão de debêntures não conversíveis. Dessa forma, a Companhia apresenta na tabela acima os juros a incorrer até 30 de Setembro de 2013 sobre a atualização das debêntures.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o valor registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é o valor registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas, no balanço patrimonial.

Abaixo é demonstrada a abertura dos ativos financeiros:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Banco Banif	-	7.237
Banco Bradesco	278	9.236
Banco do Brasil	17	463
Banco Itaú	392.265	120
BES Investimento do Brasil	-	10.204
Banco Caixa Geral	-	10.203
Banco BTG Pactual	-	10.265
Fundo fixo de caixa	141	223
	<u>392.701</u>	<u>47.951</u>
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	391.252	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.449	47.951
Total	<u>392.701</u>	<u>47.951</u>

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c. Risco de liquidez--Continuação

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de setembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	28.121	-	-	28.121
Notas promissórias (Nota 9)	0	-	-	0
Instrumento financeiro derivativo (Nota 19)	0	-	-	0
Credor pela concessão	254	-	-	254
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	44.116	44.116
Total	28.375	-	44.116	72.491

Conforme mencionado na Nota 24, em 05 de julho de 2013, a Companhia concluiu, com sucesso, a emissão de debêntures, que proporcionou alongamento da dívida.

d. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida as debêntures, mútuos a pagar a partes relacionadas, instrumento financeiro derivativo, menos caixa e equivalentes de caixa.

	30/09/2013	31/12/2012
Notas promissórias a pagar	0	603.605
Instrumento financeiro derivativo	0	23.454
Empréstimos	29.221	-
Mútuos a pagar a partes relacionadas	44.116	41.615
Debêntures	1.043.516	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.449)	(47.951)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(391.252)	-
Dívida líquida	724.153	620.723
Patrimônio líquido	174.292	188.182
Patrimônio líquido e dívida líquida	898.445	808.905

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	30/09/2013	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.449	1.449
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	391.252	391.252
Contas a receber (Nota 6)	17.664	17.664
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	28.121	28.121
Credor pela concessão	254	254
Debêntures	1.043.516	1.043.516
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	44.116	44.116
	31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	47.951	47.951
Contas a receber (Nota 6)	17.834	17.834
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	20.241	20.241
Notas promissórias (Nota 11)	603.605	621.431
Instrumento financeiro derivativo	23.454	23.454
Credor pela concessão	578	578
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	41.615	41.615

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores e prestadores de serviços e credor pela concessão se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo das notas promissórias era estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo dos mútuos a pagar a partes relacionadas se aproxima de seu respectivo valor contábil, uma vez que são remunerados com base em 100% da

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.

- O valor justo das debêntures se aproxima do contábil, uma vez que a captação foi efetuada no trimestre findo em 30 de setembro de 2013.
- O valor justo do instrumento financeiro derivativo era obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. A técnica de avaliação aplicada inclui modelo de precificação de *swaps*, com cálculo a valor presente. O modelo incorpora diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativo avaliado a valor justo

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	31/12/2012			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumento financeiro derivativo	23.454	-	23.454	-

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de Setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.295.043
	Responsabilidade civil	24.780
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	71.878
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	134.477

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	601	-

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 4 de novembro de 2013

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete

Contador CRC- 1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013

Salto, 04 de Novembro de 2013.

Sebastião Ricardo C. Martins

Diretor-Presidente

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013

Salto, 04 de Novembro de 2013.

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Diretor-Presidente

Paulo Jorge C. Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro